

Por que juros extorsivos e metas irrealistas destroem o Brasil sem baixar a inflação



» JOSÉ LUIS OREIRO*
Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

Tornou-se um dogma quase religioso entre analistas e economistas ligados ao sistema financeiro a tese de que a desaceleração da atividade econômica é um “efeito desejado” do aperto monetário e que o Banco Central precisa manter a taxa de juros nas alturas para “reconstruir sua credibilidade”. Essa narrativa, embalada por jargões técnicos para impressionar o leigo, tenta convencer a opinião pública de que o remédio amargo dos juros reais mais altos do mundo é a única alternativa para conter os preços. Trata-se, contudo, de um diagnóstico profundamente equivocado, que confunde a doença com o remédio e sacrifica o desenvolvimento nacional no altar do rentismo.

O vício de origem desse arranjo reside na fixação de uma meta de inflação em 3% ao ano. Nos últimos 27 anos de vigência do sistema de metas no Brasil, a média histórica do IPCA acumulado em 12 meses situou-se acima de 5,5%. Essa diferença não é mero detalhe estatístico: reflete a realidade de uma economia dotada de forte memória inflacionária e mecanismos arraigados de indexação formal e informal.

Contratos de aluguel, tarifas públicas, mensalidades escolares e reajustes salariais são recompostos olhando para o retrovisor — isto é, pela inflação passada, e não pela meta futura fixada no papel. Tentar impor uma meta de 3% a uma economia estruturada para remarcar preços com base em 5% ou 6% equivalem a exigir que um veículo

popular alcance a velocidade de um carro de Fórmula 1 apenas pisando no acelerador do estrangulamento monetário. A meta não guia as decisões do dia a dia; serve apenas para assegurar o seu descumprimento.

É exatamente nesse ponto que desmorona a falácia da “construção de credibilidade”. No sentido coloquial e na boa prática das instituições, ter credibilidade significa demonstrar a capacidade de cumprir aquilo que se comprometeu a realizar. Quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece um objetivo descolado das possibilidades concretas da estrutura produtiva, o Banco Central é condenado a falhar. A perda de reputação da autoridade monetária não decorre de uma suposta falta de firmeza em elevar a Selic, mas sim da própria irrealidade da meta estipulada. Prometer o impossível e fracassar sistematicamente não gera confiança; gera descrédito. Insistir nessa fórmula na esperança de que a realidade se dobre magicamente ao modelo abstrato é a clássica “indução reversa” denunciada pelo saudoso Mário Henrique Simonsen: o erro metodológico de querer forçar o mundo real a se encaixar na teoria, em vez de ajustar a teoria aos fatos.

O aspecto mais perverso — e tragicamente menos compreendido — dessa política é que manter a taxa Selic em patamares extorsivos por tempo prolongado acaba sendo contraproducente para o próprio controle da inflação no médio e longo prazo. Na teoria macroeconômica, chamamos esse fenômeno de histerese do lado da oferta. Quando o crédito se torna proibitivo e a taxa de juros real supera em muito o retorno da atividade produtiva, o empresariado paralisa investimentos, cancela a modernização de fábricas e adia projetos de inovação. Paralelamente, o desemprego e o subemprego prolongados depreciam as qualificações dos trabalhadores.

O resultado prático é a atrofia da capacidade

instalada da economia. Ao destruir o potencial de oferta da indústria e dos serviços, qualquer ensaio de recuperação futura da demanda faz com que o país esbarre rapidamente em gargalos de produção. Em bom português: ao estrangular o investimento produtivo hoje sob o pretexto de conter a demanda, a taxa de juros excessivamente alta gera escassez e contrata a inflação de amanhã. A política monetária torna-se, assim, a geradora do próprio problema que promete combater.

Se a estratégia é tecnicamente falha e danosa ao país, por que o mercado financeiro a defende com tamanha intransigência? A resposta não está na ciência neutra, mas no conflito distributivo. A taxa de juros não é uma variável puramente técnica; é um instrumento que determina quem ganha e quem perde na sociedade. Juros reais estratosféricos garantem rentabilidade elevada, segura e sem risco para detentores de capital financeiro e intermediários de títulos da dívida pública. Por outro lado, cobram a conta sobre a produção real, sobre os cofres públicos — que sangram centenas de bilhões de reais em pagamento de juros da dívida —, e sobre os trabalhadores, punidos com a precarização do emprego. A retórica da “dívida de credibilidade” nada mais é do que o álbi perfeito para perpetuar a transferência maciça de recursos da sociedade para o rentismo.

Está na hora de encarar o debate monetário com pragmatismo e coragem. Reconstruir a verdadeira credibilidade da política monetária exige alinhar a meta de inflação com a realidade estrutural brasileira — ajustando-a para um patamar factível, como 4% ou 4,5% —, ao mesmo tempo em que se enfrentam os mecanismos institucionais de indexação de preços e tarifas. O Brasil precisa libertar seu setor produtivo da armadilha dos 3% e parar de sacrificar seu futuro em nome de dogmas que enriquecem a especulação e empobrecem a nação.

O direito à rua e o direito de não ter medo



» FÁBIO PAIVA
Jornalista, escritor, designer gráfico e analista de conteúdo multiplataforma

Uma criança de cinco anos estava ao lado da mãe, na 302 Sul, em Brasília, quando um homem se aproximou e, sem motivo aparente, desferiu um chute contra sua cabeça. A cena, registrada por câmeras de segurança, é brutal. O agressor, um homem em situação de rua, foi detido. Mais preocupante é perceber que episódios de violência envolvendo pessoas que vivem nas ruas têm se repetido no Distrito Federal.

Em janeiro de 2024, publiquei neste **Correio Braziliense** o artigo *Terra abandonada*. O grito ambiental nas ruas e a urgência da justiça verde. Naquele momento, manifestei preocupação com a crescente ocupação de áreas públicas por acampamentos e questioneei as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal que proibiu o recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório da população em situação de rua.

Passados dois anos e meio, volto ao tema. Não porque o problema tenha sido resolvido, mas porque ganhou contornos ainda mais preocupantes.

Continuam visíveis a ocupação e a degradação de áreas verdes, o descarte irregular de lixo, a sujeira e a deterioração de espaços que pertencem a toda a sociedade. A isso se soma a sensação de insegurança, principalmente no Plano Piloto. E agora há algo que não pode ser relativizado: a violência.

É indispensável deixar claro que a população em situação de rua não constitui um grupo homogêneo de criminosos. São milhares de brasileiros em condições extremas de vulnerabilidade, muitos atingidos pela pobreza, rompimento de vínculos familiares, dependência química ou transtornos mentais. Precisam de assistência, tratamento, acolhimento e oportunidades para reconstruir suas vidas. São também, frequentemente, vítimas da violência.

Reconhecer essa realidade, entretanto, não significa fechar os olhos para outra.

Dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostram que, em 2023 e 2024, na região central de Brasília, 73% dos homicídios consumados envolveram pessoas em situação de rua como vítimas. Mas o mesmo levantamento revela que 60% tiveram pessoas em situação de rua na condição de autor.

Portanto, não estamos falando apenas de percepção de insegurança. Estamos diante de um problema concreto de segurança pública e, simultaneamente, de uma tragédia social. Pessoas vulneráveis estão matando e morrendo nas ruas. E cidadãos que nada têm a ver com essa realidade também estão sendo ameaçados e agredidos. Quando uma criança de cinco anos recebe um chute na cabeça enquanto simplesmente acompanha a mãe, alguma coisa falhou gravemente.

É preciso romper com a falsa escolha entre defender os direitos humanos da população em situação de rua e defender a segurança de quem caminha pelas ruas de Brasília.

Quem vive na rua tem direito à dignidade. Quem anda pela rua tem direito à segurança. O Estado tem obrigação de garantir ambos.

Não é razoável que famílias tenham medo de caminhar por determinadas áreas, que comerciantes convivam com ameaças ou que cidadãos alterem seus trajetos porque não se sentem seguros. Da mesma forma, não é aceitável abandonar seres humanos em calçadas, marquises e áreas verdes e chamar isso de respeito à liberdade individual. Há uma enorme diferença entre acolher e abandonar.

A decisão do STF estabeleceu limites para ações compulsórias do poder público e buscou proteger uma população historicamente vulnerável. Mas não pode servir de pretexto para a paralisia do Estado. Casos envolvendo dependência química grave, transtornos mentais, comportamento violento ou risco concreto para a própria pessoa ou terceiros exigem atuação integrada das áreas de saúde, assistência social e segurança pública, sempre dentro da lei.

Também é preciso distinguir quem precisa de ajuda de quem utiliza acampamentos como esconderijo ou ponto de apoio para a prática de crimes. Proteger os vulneráveis significa, inclusive, impedir que criminosos se aproveitem dessa vulnerabilidade.

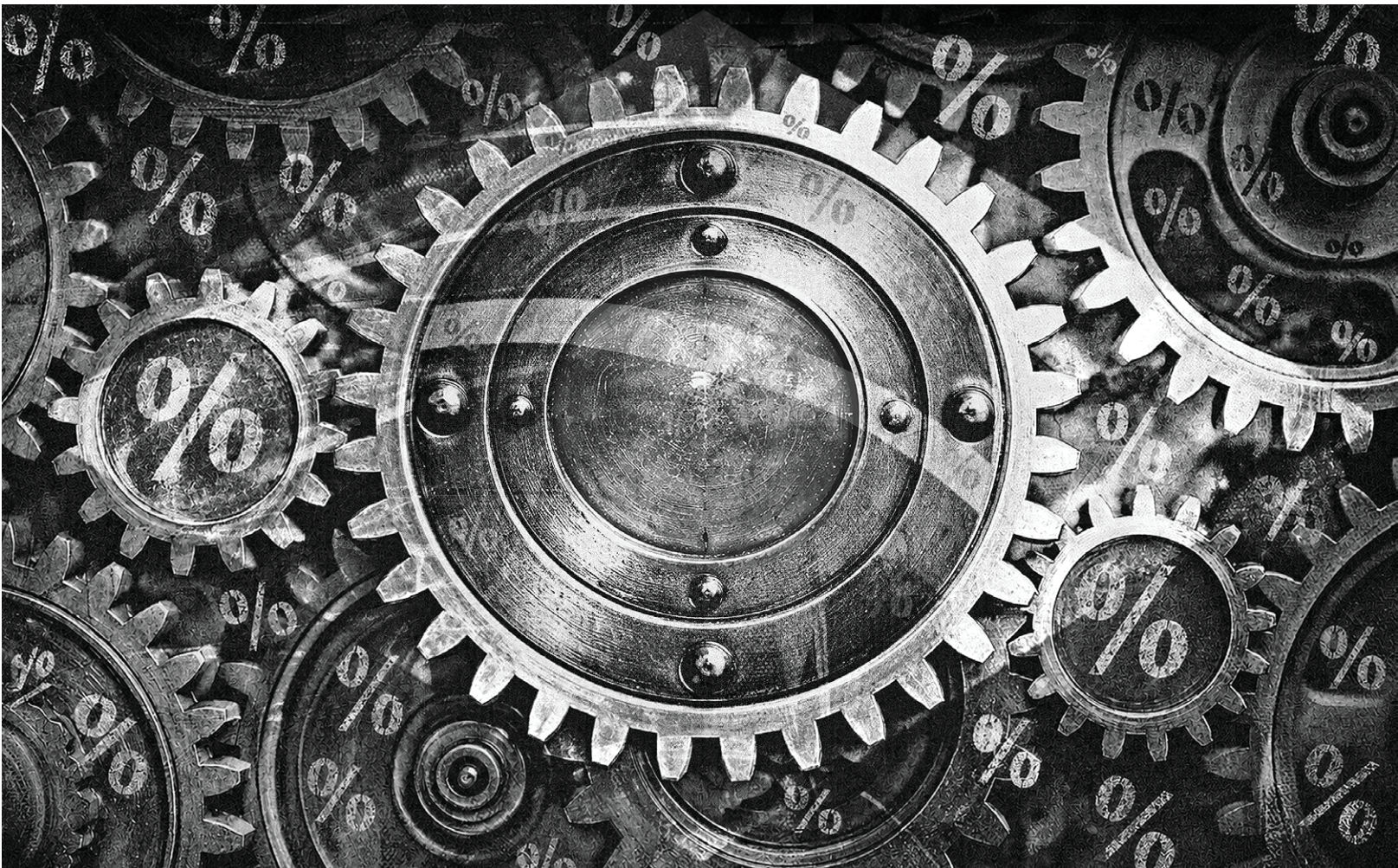
Brasília foi concebida com enormes espaços públicos e áreas verdes que pertencem a todos. Quando parte da população passa a evitá-los por medo, alguma coisa essencial da cidade se perde.

Em 2024, escrevi que Brasília estava se transformando em uma “terra abandonada”. Hoje, acrescento uma preocupação ainda mais grave: não podemos permitir que o medo seja incorporado à paisagem da capital.

Direitos humanos não podem existir pela metade. A pessoa em situação de rua merece proteção, dignidade e oportunidade para recomeçar. Mas a criança que caminha com a mãe, o idoso que atravessa uma praça, o trabalhador que espera o ônibus e a mulher que volta para casa também têm direitos fundamentais.

Entre eles, um dos mais elementares: o direito de não ter medo.

Maurenilson/CB/D.A Press



O futuro ancestral da educação



» EMERSON PEREIRA
Diretor de tecnologia educacional do Colégio Bandeirantes

início de um novo ciclo letivo é sempre um momento de reflexão sobre os rumos do ensino e sobre como preparamos as novas gerações para um mundo em constante transformação. Recentemente, tive a oportunidade de integrar uma comitiva de lideranças educacionais brasileiras em uma imersão pela China. O objetivo era claro: mergulhar no ecossistema de tecnologia, inovação e cultura do país que hoje dita o ritmo da transformação digital global.

Ao percorrer hubs tecnológicos como Shenzhen, uma metrópole de 19 milhões de habitantes frequentemente chamada de o Vale do Silício chinês, a visão de futuro impressiona. Vemos robôs humanoides desenvolvidos pela Ubtech com toque sensível para assistência social, óculos de tradução simultânea da iFlytek superando barreiras linguísticas e o instituto de pesquisa SIAT, capaz de registrar uma média de seis patentes por dia. A integração entre empresas, centros de pesquisa e universidades é total. No entanto, o aprendizado mais profundo para a educação não reside apenas na velocidade com que a tecnologia é criada, mas na forma como ela é integrada à formação humana e à sociedade.

Nas instituições de ensino visitadas, o impacto da inteligência artificial (IA) já é uma realidade estruturada. Na Dandelion Middle School, voltada para a equidade e o acolhimento de filhos de migrantes, a avaliação adaptativa por IA convive com iniciativas de cura emocional e engajamento comunitário. Na Shenzhen Nanshan Renzhi Experimental School, os estudantes operam as próprias máquinas e interagem diretamente com a IA no cotidiano. Já na Moonshot School, referência em ensino STREAM (sigla em inglês para Ciências, Tecnologia, Robótica, Engenharia, Artes e Matemática), os alunos desenvolvem projetos com foco em vibe coding e empreendedorismo, enquanto professores atuam como designers de experiências apoiados por assistentes virtuais de IA.

Essas experiências reforçam uma diretriz que ganha força no cenário internacional — como o plano liderado em Hong Kong para tornar o ensino de IA obrigatório nos currículos até 2028 —, mas também acendem um alerta fundamental: o avanço tecnológico precisa caminhar lado a lado com o letramento ético e o desenvolvimento socioemocional.

Na China, é notável a escolha consciente sobre quais tecnologias entram na sala de aula. Ao mesmo tempo em que a IA é aplicada de forma intensiva no aprendizado, o uso de redes sociais no ambiente escolar é estritamente controlado. Há um equilíbrio intencional entre o domínio técnico e o estilo de vida, fundamentado no respeito à cultura local. Um exemplo simbólico dessa mentalidade pode ser visto em um centro médico de última geração que visitamos: no pátio do edifício moderno, mantinha-se preservada uma pequena casa de

construção antiga, lembrando a todos as origens e a história daquela comunidade.

Ao observar esse contraste entre inovação e preservação, foi inevitável lembrar de Futuro ancestral, de Ailton Krenak. Na obra, o autor questiona a ideia de que o progresso exige o rompimento com nossas origens e propõe um caminho em que tecnologia, cultura e memória caminham juntas. Essa é uma convicção que o Colégio Bandeirantes fortalece há décadas: formar jovens preparados para o futuro, conectados à sua identidade, à sua história e aos valores que sustentam uma sociedade democrática.

Trazemos essa provocação para a nossa Semana Pedagógica e para a prática diária com nossos professores e alunos. A incorporação da inteligência artificial e de ferramentas avançadas de aprendizagem não se resume a adotar novas plataformas; trata-se de ensinar a usar a tecnologia de forma crítica, ética e responsável.

Nossa missão educacional é formar seres humanos resilientes à tecnologia. A IA deve atuar como um meio de expansão do potencial humano, um assistente para potencializar a autoria e a resolução de problemas complexos, e nunca como um substituto do pensamento crítico, da empatia e do discernimento moral.

A medida que o mundo avança rumo a uma convivência cada vez mais estreita com algoritmos e robótica, a escola reafirma o seu papel insubstituível: o de ser o espaço por excelência de desenvolvimento ético, cidadania e valores humanos. O futuro da educação pertence àqueles que sabem dominar a técnica sem jamais esquecer quem são.